

#AbortoLegal2020: o movimento feminista e as manifestações pela não criminalização do aborto na Argentina¹

Jéssica Faria Ribeiro²
Universidade de São Paulo

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as manifestações que levaram à aprovação do projeto que descriminaliza o aborto na Argentina em 2020. A hipótese é de que as estratégias de comunicação utilizadas nas redes sociais, principalmente articuladas por movimentos feministas, contribuíram para que o movimento ganhasse relevância e conseguisse avanços políticos. Para tanto, a metodologia utilizada será a análise de conteúdo feita a partir das publicações no Twitter durante o período em que o projeto esteve em votação naquele ano.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo; América Latina; aborto; redes sociais; decolonial.

INTRODUÇÃO

A primeira experiência do voto feminino na Argentina aconteceu em 1951, embora o país tenha uma trajetória anterior de lutas e resistência de mulheres. Durante o período da ditadura militar, de 1976 a 1983, foram elas que conduziram importantes movimentos sociais, como o Mães da Praça de Maio, que até hoje exige notícias de familiares desaparecidos ou assassinados durante o período.

Com o fim da ditadura, duas questões foram centrais para os movimentos de mulheres no país: a violência doméstica e o reconhecimento político, como o direito de obter cargos partidários e lugares na representação parlamentar. Assim, uma quantidade significativa de leis foi aprovada em reconhecimento aos direitos das mulheres e que são relevantes para a garantia de liberdades e da igualdade de gênero. Temas como

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gênero, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), jessicafribeiro@usp.br.

casamento igualitário, guarda compartilhada e proteção integral passaram a ser um direito.

Um dos motivos que levaram a essas conquistas foi a Lei 24.012, sancionada em 1991, que modificou a composição das listas partidárias e determinou um piso mínimo de 30% para as mulheres em cargos legislativos, fazendo com que elas passassem a ter mais espaço nas decisões políticas.

A presença de mulheres nas câmaras deixou claro que a cota se tornou uma condição de possibilidade, em um canal institucionalizado, para as vozes feministas, outrora silenciadas, serem ouvidas. Apesar de serem poucas as legisladoras feministas, o aumento da presença das mulheres nos legislativos permitiu sancionar um grande número de leis que ampliaram sua cidadania (BARRANCOS e ARCHENTI, 2017, p.59).

Contudo, até pouco tempo, outra reivindicação das argentinas ainda não tinha sido aprovada, que é o direito a interromper uma gravidez não desejada. O aborto era ilegal exceto nos casos de risco de vida para a mãe ou estupro, previstos no artigo 86 do Código Penal do país, vigente desde 1912. Em 30 dezembro de 2020, o Senado argentino aprovou o projeto de lei, de autoria do governo do presidente Alberto Fernández, que autoriza a interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação.

À época, e também em 2018, quando o projeto para descriminalizar o aborto chegou a ser votado pela primeira vez no Congresso argentino, mas não foi aprovado no Senado, diversos fatores foram fundamentais para o avanço da pauta, como as inúmeras manifestações de movimentos feministas no país e na região, a participação política das mulheres e o número alto de mortes causadas por abortos realizados de forma insegura.

No âmbito da pesquisa, o trabalho de resgate histórico e o panorama político sobre o movimento das mulheres têm sido os principais caminhos para discutir as suas reivindicações na América Latina. Contudo, a bibliografia e as ferramentas para estudar o tema pela perspectiva dos novos movimentos que surgiram nos últimos anos, e que se apoiam no uso de ferramentas digitais e em rede, ainda são escassas (ACCOSSATTO e SENDRA, 2018, p.119).

Conforme Manuel Castells (2013) destaca, em sociedades com certo nível de adoção de tecnologias digitais, as formas contemporâneas de mobilização social e as relações entre o espaço online e offline estão profundamente interligadas e não podem ser dissociadas nos movimentos sociais dos dias de hoje.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e ao possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação (CASTELLS, 2013, p.21).

Portanto, é dentro desse contexto que o trabalho pretende analisar o papel das estratégias de comunicação para a articulação do movimento pela não criminalização do aborto e contribuir para a discussão de estratégias similares que podem provocar mudanças em outros países da região. Para isso, além de um breve histórico dessas lutas e mobilizações, foi identificada a situação em números no país e também na região da América Latina, que possui leis muito restritivas sobre o a aborto. Após isso, foi feita uma relação a partir de teorias feministas e do uso das redes sociais, mais precisamente o Twitter, um dos principais espaços onde a população argentina se expressou durante as mobilizações de 2020.

A DISCUSSÃO DO ABORTO NA ARGENTINA E NA AMÉRICA LATINA

A história da luta pela não criminalização do aborto tem uma longa trajetória na Argentina. Entre os anos 1970 e 1980, durante a ditadura militar, mulheres começaram a se organizar em coletivos, associações e grupos de estudo, muitas vezes clandestinos, para se preservar devido à repressão e à violência. Na época, prevalecia um feminismo heteronormativo, branco, de classe média e universitário. A liberdade de decisão, a sexualidade prazerosa e a maternidade como escolha não eram os principais argumentos para a defesa do aborto. (BELLUCCI, 2017, p. 178)

Entre os anos 1980 e 1990, começaram a surgir movimentos e partidos que tinham o aborto como uma de suas pautas. Em 1988, a ativista Dora Coledesky, junto a um grupo de mulheres, cria a *Comisión por el derecho al Aborto*, coletivo autogestionado e de esquerda que começou a discutir o tema e influenciou a criação de outros movimentos pelos direitos das mulheres. Em 1993, é fundada a *Frente por la Democracia Avanzada*, um dos primeiros partidos a ter entre suas pautas a descriminalização do aborto e a luta pela diversidade sexual e pelos direitos humanos. Em 2001, com os protestos após crises econômicas implementadas por políticas

neoliberais, debates sobre a noção de participação e representatividade voltaram a crescer e a influenciar a intervenção popular nas lutas políticas e sociais no país.

Dentro desse contexto, em 2005 é apresentada a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, após anos de discussão e de encontros entre grupos preocupados com o assunto. O debate passa, então, a convocar bissexuais, lésbicas e pessoas trans a discutir principalmente o fato de que o aborto era uma realidade para inúmeras mulheres, mas a falta de legalidade atingia ainda mais as mulheres de renda mais baixa, que faziam procedimentos arriscados ou eram obrigadas a manter uma gravidez não desejada. (BELLUCCI, 2017, p. 209)

A campanha conseguiu apoio e adesão de organizações da sociedade civil e personalidades vinculadas aos direitos humanos. Durante o seu primeiro ano, foram recolhidas cem mil assinaturas sob o slogan: “Educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar e aborto legal para não morrer”. Também foram feitas ações com a chamada “Aborto Legal, uma dívida da democracia” (BARRANCOS e ARCHENTI, 2017, p.61).

Assim, ao tratar da questão do aborto em países da América Latina, é importante levar em conta que se trata de uma região em que leis restritivas convivem com altos índices de mortalidade materna. Um estudo publicado na revista médica *The Lancet* aponta que a cada quatro abortos realizados na região, pelos menos três são feitos de forma insegura (BEARAK et al., 2018). Entre os anos 1990 e 2013, pelo menos 8% das mortes maternas na América Latina e no Caribe foram devidas a abortos inseguros (OPAS, 2014).

Nos países onde o acesso ao aborto legal é limitado, as mulheres recorrem a métodos inseguros, o que pode ter consequências graves para a sua saúde e suas vidas. Os números também mostram que a América Latina é uma das regiões do mundo com maior número de abortos proporcionalmente. São 44 a cada mil mulheres por ano, enquanto a média mundial é de 35 a cada mil mulheres. Além da maior frequência, a região também registra a maior proporção de interrupções de gravidez feitas de forma insegura (GUTTMACHER INSTITUTE, 2017).

A PAUTA DO ABORTO CHEGA AO CONGRESSO ARGENTINO

Um dos projetos em discussão para tornar o aborto legal na Argentina é a *Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo* (Lei de interrupção voluntária da gravidez, em tradução livre do autor), elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito em 2006. Desde 2007, o projeto foi apresentado oito vezes ao Congresso da Argentina, mas apenas em junho de 2018 ultrapassou o debate em comissões e chegou ao plenário da Câmara de Deputados, onde obteve 129 votos a favor, 125 contra e uma abstenção. Contudo, em 9 de agosto, o projeto foi rejeitado pelo Senado em uma votação em que 38 senadores foram contra e 31 a favor, além de duas abstenções e uma ausência.

O cenário mudou novamente em 2019, nas eleições presidenciais argentinas, em que Alberto Fernández prometeu em sua campanha que levaria o projeto de lei sobre o aborto novamente ao Congresso. Após a sua vitória, em 17 de novembro de 2020, o presidente cumpriu sua promessa. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 11 de dezembro de 2020 e em 30 de dezembro foi aprovado pelo Senado.

Os meses que antecederam as votações tanto em 2018 quanto em 2020 foram marcados por participação de inúmeros grupos de manifestantes que fizeram vigília em frente ao Congresso, realizaram eventos para levar debates às ruas e acompanhar as discussões parlamentares. Também foram organizados tuitaços, postagens no Twitter que costumam ter um horário específico para que as pessoas façam suas publicações usando uma mesma hashtag e chamem a atenção sobre um determinado tema na plataforma.

Outra estratégia utilizada pelas manifestantes foram os *pañuelazos*, que é o uso de um lenço verde, de três pontas, mais comumente amarrado ao pescoço. O acessório tem um significado simbólico para outras mulheres argentinas, pois remete às manifestações das Mães da Praça de Maio, que desde os anos 70 passaram a usar lenços brancos, os *pañuelos*, para serem identificadas ao se reunirem para manifestar.

A partir dos anos 2000, com uma crescente mobilização do movimento pela não criminalização do aborto, as manifestantes adotaram lenços de cor verde para sintetizar a luta pelos direitos humanos, direitos reprodutivos e a proteção do Estado sobre as decisões reprodutivas das mulheres. O acessório foi um dos principais símbolos das

manifestações de 2018, que também passaram a ser chamadas de "onda verde", fazendo alusão às "ondas" do feminismo (FELITTI, RAMÍREZ MORALES, 2020).

Dentro desse contexto, ao longo dos últimos anos, com o trabalho de antigos movimentos e o surgimento de outros, o tema do aborto legal foi se fortalecendo na Argentina e em diversos outros países da América Latina junto às reivindicações das mulheres. Um desses novos movimentos é o *Ni Una Menos*, que em junho de 2015 levou milhares de mulheres às ruas para protestarem contra casos de feminicídio.

Nos meses que antecederam as manifestações do *Ni Una Menos*, a imprensa repercutiu uma série de notícias sobre violências contra mulheres, o que acabou mobilizando as redes sociais e fez com que pequenos grupos começassem a ser formados para realizar seminários e também protestar por direitos. Após conversas que começaram no Twitter, a primeira mobilização reuniu cerca de 250 mil pessoas na cidade de Buenos Aires, e os movimentos se multiplicaram em mais de 120 pontos da Argentina (DÍAZ, LÓPEZ, 2016). A partir daí o movimento continuou crescendo, e suas manifestantes passaram a trabalhar cada vez mais de forma organizada, o que contribuiu para que participassem dos inúmeros protestos e mobilizações pela não criminalização do aborto nos anos seguintes (NI UMA MENOS, 2018).

Movimentos nas redes sociais, de jovens e estudantes, também se uniram a favor da pauta. No início de junho de 2018, véspera da votação do projeto na Câmara dos Deputados, estudantes secundaristas aumentaram a pressão ocupando uma dúzia de escolas públicas em Buenos Aires para pedir que a lei fosse aprovada (CENTENERA, 2018). A internet representou um suporte importante ao movimento, permitindo a convocação das manifestações de rua e a disseminação de informações sobre os acontecimentos por meio de conteúdo divulgado pelas próprias manifestantes e pela cobertura jornalística.

FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS E A DECOLONIALIDADE

Embora existam diversas lutas em comum das mulheres na América latina, os feminismos não se construíram de maneira homogênea nos países da região. Além de diferentes contextos, muitas teorias e discussões se pautam nos movimentos feministas vividos na Europa e Estados Unidos. Contudo, nos últimos anos, o pensamento

decolonial começou a discutir gênero abordando os profundos impactos da colonização da América Latina e do Caribe. Essa leitura analisa as mudanças que a colonização trouxe para que seja entendido o alcance da organização do sexo e do gênero sob a força do colonialismo e no interior de um capitalismo global marcado pelo eurocentrismo.

Nesse sentido, decolonial vem do termo “Giro decolonial”, cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres, em 2005, e que basicamente significa um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade e que visa a discutir as diversas relações de dominação colonial. (BALLESTRIN, 2013).

Ao se falar em diferentes formas de colonialidade, Aníbal Quijano (2005) destaca que é importante compreender que a perspectiva histórica eurocêntrica faz parte da formação cultural de colonização da América Latina e se impõe de forma a parecer ser a portadora exclusiva da razão e detentora do padrão mundial do poder.

De acordo com Quijano (2005, p.117), a modernidade e o capitalismo como conhecemos hoje começam com a colonização da América e é assim que diversas formas de poder são implementadas. Portanto, o padrão de poder mundial exercido pela colonização europeia seria a primeira experiência efetivamente global da história e estaria estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle do trabalho, sexo, autoridade e intersubjetividade.

Para a socióloga Maria Lugones (2014, p.64), embora Quijano faça um trabalho para entender as formas de colonização, pouco se discute como o sistema capitalista, eurocêntrico e global de gênero fez com que mulheres colonizadas e não brancas fossem subordinadas. Ela ainda aponta que o capitalismo global, constituído a partir da colonização, também introduziu diferenças de gênero onde não existiam anteriormente.

De acordo com Lugones, com a colonização, as mulheres passam a ser definidas em relação e em comparação aos homens, que são a norma (2014, p. 65).

A redução do gênero ao privado, ao controle sobre o sexo e seus recursos e produtos é uma questão apresentada ideologicamente como biológica, parte da produção cognitiva da modernidade que conceituou a raça como engendradora e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferentes entre branco/europeu e pessoas colonizadas/não brancas. A raça não é mais mítica nem mais fictícia que o gênero - ambas são ficções poderosas. (LUGONES, 2014, p.68, tradução livre do autor)³.

³ Texto original: La reducción del género a lo privado, al control sobre el sexo y sus recursos y productos es una cuestión [...] presentada ideológicamente como biológica, parte de la producción cognitiva de la modernidad que ha

Outra reflexão trazida pela socióloga é a de que compreender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas faz com que seja possível perceber a importância das relações de gênero para a desintegração de relações igualitárias, comunitárias e o processo coletivo de tomada de decisão em diversas sociedades (LUGONES, 2014, p.67).

Julietta Paredes (2013, p.115) afirma que as transformações neoliberais pelas quais a região da América Latina passou fizeram com que muitos acreditassem que a desigualdade, o classismo e o machismo poderiam acabar. Contudo, o que se passou foi que esses direitos só aconteceram para homens burgueses, e não houve a menor intenção no projeto neoliberal em igualar a humanidade quando se trata de direitos.

Portanto, as diferenças de classe, raça, geração e orientação sexual são as que fazem com que não seja possível existir um conceito universal para as mulheres, e que isso encobre essas diferenças. Assim, embora reconheça a importância de qualquer feminismo para revelar o patriarcado que o oprime, Paredes defende um feminismo comunitário como alternativa à sociedade individualista. “Não queremos nos pensar como mulheres perante os homens, mas nos pensar como mulheres e homens em relação a uma comunidade” (PAREDES, 2020, p. 197).

Só nos resta, então, como mulheres, traduzir isso em políticas públicas, que começam nas comunidades e devem chegar até o governo nacional. Significa devolver duplamente o que corresponde às mulheres, isso porque, se os homens estão empobrecidos, as mulheres estão mais empobrecidas que os homens. (PAREDES, 2020, p. 203).

As reflexões feitas por Paredes também são identificadas no trabalho de feministas negras, hispano-americanas e indígenas que criticam o feminismo ocidental, formado muitas vezes apenas por mulheres brancas, de classe média, com formação universitária, e que tornam suas demandas universais, sem considerar outras experiências e opressões.

Portanto, é importante pensar de que forma a colonialidade e o pensamento eurocentrista influenciam as discussões feministas e afetam as diferentes lutas das mulheres latinas. É também necessário destacar que ao se discutir a questão da não

conceptualizado la raza como engenerizada y al género como racializado de maneras particularmente diferenciadas entre los europeos-as/ blancos-as y las gentes colonizadas/no-blancas. La raza no es ni más mítica ni más ficticia que el género – ambas son ficciones poderosas.

criminalização do aborto não existe um grupo homogêneo, mas sim diversos movimentos, com classes sociais e culturas diversas. Contudo, o movimento também tem pontos em comum, como a saída de diversas mulheres às ruas em inúmeras cidades da América Latina para protestar pelo direito de decidir sobre a maternidade.

MOVIMENTOS EM REDE

De acordo com Castells (2013, p.9), a transformação da tecnologia na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social. Esse processo de construção de significado, que está em constante mudança, depende amplamente de mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia.

Assim, para esta pesquisa, foram analisadas estruturas em comum presentes nas mensagens trocadas em 2020, durante o período em que o projeto de lei que descriminaliza o aborto esteve em votação no Congresso argentino. Para tanto, as mensagens escolhidas para a análise foram as publicadas no Twitter no período de novembro a dezembro daquele ano. O ponto de partida foi a véspera do dia em que o presidente enviou o projeto para a legalização do aborto ao Congresso, em 17 de novembro, até o dia de votação no Senado, 30 de dezembro.

A partir dessas datas, foram coletadas as publicações na ferramenta de busca do Twitter de forma automática. Nas tentativas iniciais, usando apenas a palavra “aborto”, o conteúdo encontrado na pesquisa foi muito extenso no período proposto. Assim, o primeiro refinamento feito foi escolher uma hashtag, já que as postagens no Twitter comumente utilizam dessa estratégia para que as pessoas sigam mais facilmente os tópicos de seu interesse.

Foi escolhida, então, a hashtag #AbortoLegal2020 por ser uma das mais usadas pelas redes sociais para discutir o tema naquele ano. Contudo, diversas hashtags também foram encontradas, como #YoDecido, #QueSeaLey, #AbortoLegalparaNoMorir, #AbortoLegalSeguroyGratuito e #MiCuerpoMiDerecho.

Como segundo refinamento, foi selecionado apenas um dia por semana entre o período de 17 de novembro e 30 de dezembro para ser analisado. Para a decisão, foram identificadas outras manifestações que aconteciam na época, como os *Martes Verdes*,

encontros em frente ao Congresso para debater o tema, a manifestação de 25 de novembro, Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher, além da votação do projeto na Câmara dos Deputados, em 11 de dezembro.

A metodologia utilizada para organizar as mensagens encontradas foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), que permite um estudo de forma qualitativa e quantitativa. Dentro desse método, os procedimentos utilizados foram a organização, categorização e a interpretação. A organização é a construção de categorias a partir de enumeração e agregação, criando-se elementos que façam sentido para o que se pretende analisar. Já a categorização compreende a construção de critérios e a classificação dos dados em conjuntos a partir deles. Na interpretação, é onde foi feita a análise qualitativa para compreender o conteúdo das mensagens.

Após uma primeira análise das publicações, foi criada uma lista com palavras-chave que remetesse a temas importantes para a pesquisa por estarem relacionados a questões de saúde, feminismo, política ou violência. Foram consideradas 12 palavras-chave para chegar a um número de quantas vezes elas foram usadas nas postagens.

| Palavra-chave: | 16/11 e 17/11 | 25/11 | 01/12 | 11/12 | 15/12 | 22/12 | 29/12 e 30/12 | Total: |
|-----------------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|---------------|
| Salud | 48 | 29 | 94 | 96 | 49 | 25 | 97 | 438 |
| Violencia | 2 | 74 | 34 | 37 | 5 | 1 | 69 | 222 |
| Derechos | 27 | 39 | 98 | 90 | 48 | 36 | 101 | 439 |
| Feminismo | 3 | 7 | 7 | 72 | 6 | 2 | 94 | 191 |
| Educación sexual | 7 | 2 | 81 | 93 | 3 | 8 | 93 | 287 |
| Patriarcado | 1 | 1 | 24 | 22 | 0 | 2 | 96 | 146 |
| Iglesia | 2 | 4 | 41 | 66 | 11 | 7 | 98 | 229 |
| Diputado | 0 | 0 | 2 | 93 | 1 | 0 | 17 | 113 |
| Diputada | 1 | 3 | 12 | 94 | 1 | 1 | 24 | 136 |
| Latina | 0 | 2 | 6 | 40 | 3 | 7 | 98 | 156 |
| Senador | 1 | 0 | 2 | 10 | 12 | 11 | 94 | 130 |
| Senadora | 0 | 0 | 0 | 8 | 35 | 5 | 98 | 146 |

Tabela 1: Número de vezes em que cada palavra apareceu nas datas analisadas.

As palavras escolhidas para essa etapa pretenderam avaliar quais conteúdos estavam mais ligados a violência, responsabilidade política, direitos das mulheres e educação sexual. Foi observado que a palavra *derecho* estava associada a *derechos humanos*, *derechos reproductivos* e a *derechos de las mujeres*. Outra observação é que a palavra saúde apareceu muito mais do que educação sexual. Assim, foi feito um novo agrupamento:

| Violência | Responsabilidade política | Direitos das mulheres | Sexualidade | Religião |
|-------------------------------|--|------------------------------------|--------------------------------|-----------------|
| <i>Violencia, patriarcado</i> | <i>Diputado; Diputada; Senador; Senadora</i> | <i>Derechos; Feminismo; Latina</i> | <i>Salud; Educación Sexual</i> | <i>Iglesia</i> |
| 368 | 525 | 786 | 725 | 229 |

Tabela 2: Quantidade de publicações em cada grupo

Na análise qualitativa, inicialmente foi identificado que a maioria das publicações veio de mulheres com certa influência no país, pois faziam parte de grupos de ativismo, eram jornalistas ou tinham uma carreira política. Em relação ao conteúdo, muitas explicitavam casos de mulheres que foram mortas devido a abortos inseguros e exigiam que seus direitos fossem reconhecidos. Muitas publicações contrárias à lei também falavam que o governo deveria se preocupar com os problemas causados pela pandemia em vez de discutir sobre o aborto.

Nas últimas semanas de análise, senadores e senadoras que estavam indecisos passaram a ser mais cobrados por mensagens. “A grande novidade neste momento: a senadora de Neuquén @LucilaCrexell se junta a Stela Olalla - indecisas até o último momento - para confirmar seu voto afirmativo para o projeto de lei de Interrupção voluntária da gravidez. As perspectivas são boas, camaradas. #QueSeaLey

#AbortoLegal2020”, diz o perfil de uma revista argentina⁴ às vésperas da votação no Senado.

Em outros casos, parlamentares foram marcados, questionados e viraram até hashtags. “A senadora @laurmachado em 2018 votou pelo aborto legal, já se passaram dois anos, ainda há 500 mil abortos, 39 mil internações e 2 mil meninas obrigadas a dar à luz por ano. Por que seu voto muda? Pare de fazer lobby pela vida de mulheres e meninas #MachadoVotáAbortoLegal # AbortoLegal2020”, escreve⁵ uma usuária ao questionar uma senadora que estava indecisa.

Outro destaque foi o do papel da religião, que apareceu nos debates como algo que faz parte da sociedade Argentina e que na maioria das vezes impede as mulheres de decidirem sobre seus corpos. “Que o #AbortoLegal2020 seja aprovado sem demora. Separação da Igreja e do Estado. A cada minuto que passa temos uma nova situação de violência, um novo feminicídio protegido por instituições estatais e justificado pelas igrejas”, diz outro perfil⁶ ao citar um depoimento da deputada Romina del Plá.

Também foram identificadas postagens dos próprios parlamentares, interessados em falar diretamente com as pessoas e reforçar seu posicionamento perante as lutas das mulheres. “Desobediente ao patriarcado! Alberto anunciou que hoje chega o projeto de interrupção voluntária da gravidez para solucionar um problema de saúde pública. É um dia histórico para as lutas transfeministas # AbortoLegal2020 Vai ser lei!”, diz a deputada Mónica Macha⁷.

Dentro do novo agrupamento (Tabela 2), o que se percebeu foi que a maior parte das publicações estavam relacionadas a reivindicações sobre direitos das mulheres,

⁴ Texto original: “La gran noticia a esta hora: la senadora neuquina [@LucilaCrexell](#) se le suma a Stela Olalla -indecisas hasta último momento- en confirmar su voto afirmativo para el proyecto de ley de IVE. El panorama es bueno, compañerxs [#QueSeaLey](#) [#AbortoLegal2020](#)”. Publicação feita em 29 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://twitter.com/revistaanfibia/status/1344088027753283584>>.

⁵ Texto original: “La senadora @laurmachado en 2018 votó por aborto legal, pasaron dos años, sigue habiendo 500mil abortos, 39mil internaciones y 2mil niñas obligadas a parir al año. ¿Por qué cambia su voto? Deje de hacer lobby con la vida de mujeres y niñas #MachadoVotáAbortoLegal #AbortoLegal2020”. Publicação feita em 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://twitter.com/CintiaFrecnia/status/1338867707224051715>>.

⁶ Texto original: “Que se apruebe el #AbortoLegal2020 sin dilaciones. Separación de la Iglesia y el Estado. Cada minuto que pasa tenemos una nueva situación de violencia, un nuevo femicidio amparado por instituciones estatales y justificado por las iglesias”. Publicação feita em 25 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://twitter.com/prensaobrera/status/1331708713456070662>>.

⁷ Texto original: “Desobedientes del patriarcado! Alberto anunció que hoy llega el proyecto de IVE para resolver un problema de salud pública. Es un día histórico para las luchas transfeministas #AbortoLegal2020 Será ley! ”. Publicação feita em 17 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://twitter.com/MoniMacha/status/1328777608071442436>>.

reforçando o histórico das lutas feministas e do exemplo da Argentina para a América Latina.

Além disso, numa perspectiva decolonial, também foram denunciados outros problemas do país, como a interferência da igreja e as dívidas e acordos com outros países. “Hoje nos mobilizamos para apoiar as lutas das mulheres em toda a América Latina. Exigir #AbortoLegal2020 e a separação das igrejas do Estado. Dizemos NÃO ao acordo com o FMI, o ajuste também é violência. #NiUnaMenos o Estado é o responsável”, diz uma usuária⁸.

O aborto também foi discutido mais como um problema de Estado do que como uma experiência ou questão individual. A preocupação com a saúde pública e com a situação das mulheres de baixa renda que realizam abortos inseguros foi, isoladamente, o conteúdo que mais apareceu. “Mulheres pobres morrem em consequência de aborto clandestino, meninas são forçadas a dar à luz e a pandemia intensifica todas as formas de violência contra mulheres e dissidentes. Chega de procrastinação e interferência clerical! #abortolegal2020 #Quesetrateya!”, escreve uma usuária⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo iniciar algumas reflexões sobre o impacto das estratégias de comunicação nas mobilizações pela não criminalização do aborto na Argentina. Pelas publicações feitas no Twitter, foi possível identificar as inúmeras dimensões abordadas ao falar do tema, como a reivindicação pelo direito a decidir sobre o próprio corpo, a falta de acesso a tratamentos de saúde e à educação sexual e a grande influência que a religião tem tanto na Argentina quanto em outros países da América Latina.

Também foi possível perceber o quanto a repercussão do projeto de lei foi potencializada por conta de mudanças no próprio sistema eleitoral da Argentina e de

⁸ Texto original: “Hoy movilizamos para apoyar las luchas de las mujeres que recorren toda América Latina. Para exigir #AbortoLegal2020 y la separación de las iglesias del Estado. Decimos NO al acuerdo con el FMI, el ajuste también es violencia. #NiUnaMenos el Estado es responsable”. Publicação feita em 25 de novembro de 2020. Disponível em:

<<https://twitter.com/DeianaCarla/status/1331583291816861699>>.

⁹ Texto original: “Mueren mujeres pobres a causa del aborto clandestino, las niñas son obligadas a parir y la pandemia recrudece todas las formas de violencia hacia mujeres y disidencias ¡Basta de Dilaciones e injerencia clerical! #abortolegal2020 #Quesetrateya!”. Publicação feita em 16 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://twitter.com/SoleDiazGarcia/status/1328360185296019456>>.

uma articulação em rede de diferentes frentes a partir de movimentos sociais e coletivos feministas que ganharam ainda mais repercussão pelo trabalho organizado nas redes sociais. Nesse sentido, cabe ainda explorar mais essas conexões e as discussões teóricas relacionadas aos feminismos na América Latina.

Portanto, os achados deste trabalho apontam para a necessidade de mais pesquisas para aprofundar as estratégias de comunicação utilizadas pelas mulheres, o trabalho em redes sociais e qual a relação dessas ações práticas com as teorias do feminismo decolonial. Assim, será possível chegar a mais conclusões sobre formas de resistências, conhecimento e de difusão das questões feministas na América Latina.

REFERÊNCIAS

ACCOSSATTO, Romina; SENDRA, Mariana. **Movimientos feministas en la era digital**. Las estrategias comunicacionales del movimiento Ni Una Menos. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. **América latina e o giro decolonial**. In Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, 2013, p. 89-117.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélica. **Feminismos e direitos das mulheres na Argentina**: história e situação atual. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (orgs). 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Editora Edusp, 2017.

BEARAK, Jonathan; POPINCHALK, Anna ; ALKEMA, Leontine. **Global, regional, and subregional trends in unintended pregnancy and its outcomes from 1990 to 2014**: estimates from a Bayesian hierarchical model. Lancet Global Health, 2018.

Disponível em:

<[https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(18\)30029-9/fulltext#%20](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(18)30029-9/fulltext#%20)>.

Acesso em: 25 jul. 2021.

BELLUCCI, Mabel. **Coalizões queer**: aborto, feminismo e dissidências sexuais de 1990 a 2005 em Buenos Aires. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (orgs). 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Editora Edusp, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CENTENERA, Mar. **Las estudiantes argentinas, motor de la campaña por el aborto legal.** El País, Buenos Aires, 12 de jun. de 2018. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2018/06/12/argentina/1528833992_241165.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

DÍAZ, Noelia; LÓPEZ, Alejandro. **Ni una menos: un grito común.** Tese de licenciatura em Comunicação Social - Repositório Institucional da Universidade Nacional de La Plata. La Plata, 2016. Acesso em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/58537>> Acesso em: 10 jun. 2021.

FELITTI, Karina; RAMÍREZ, María d. **Pañuelos verdes por el aborto legal: historia, significados y circulaciones en Argentina y México.** Encartes, no. 05, 2020, pp. 110-145. Disponível em: <<https://encartesanropologicos.mx/felitti-ramirez-panuelos-verdes-aborto-argentina-mexico>> Acesso em 31 jun. 2021.

GUTTMACHER INSTITUTE. **Abortion Worldwide - Uneven Progress and Unequal Access,** 2017.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: Leher, Roberto & Setúbal, Mariana (org). Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma nova Práxis. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y Género.** In: Espinosa, Yuderkys; Correal, Diana; Muñoz, Karina Ochoa (Editoras). Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayan (Colombia): Universidad del Cauca, 2014. pp. 57-74

NI UNA MENOS. **Líneas Aborto,** 2018. Disponível em: <<http://niunamenos.org.ar/estamos-para-nosotras/lineas-aborto/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE: **11 countries in Latin America and the Caribbean have reduced maternal mortality,** new UN data show, 2014. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=9552:2014-11-countries-latin-america-caribbean-reduced-maternal-mortality-new-data-show&Itemid=1926&lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2021.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el Feminismo comunitario.** In: SANTIAGO GUSMÁN, Alejandra; BORJA, Edith Caballero, ORTUÑO, Gabriela González (Editoras). Mujeres intelectuales – Feminismos y Liberación en América Latina y el Caribe. Bs. Aires : CLACSO, 2017.

PAREDES, Julieta. **Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental.** In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.195-204